



2  
3  
4  
5

**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Colégio de Procuradores de Justiça**

---

1  
2  
3  
4

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

5       Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze (13.03.2013), às 15  
6 (quinze) horas, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar  
7 do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge  
8 Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas,  
9 compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do  
10 Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha  
11 Cavalcanti Jucá, Luciano Chagas da Silva, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Lean Antônio  
12 Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares  
13 Mendes, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira  
14 de Queiroz e Marcos Barros Méro. Inicialmente, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral  
15 de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e, de incontinente,  
16 solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número  
17 necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião, indagando ao  
18 Senhor Secretário se as Atas indicadas na pauta haviam sido distribuídas aos senhores  
19 Procuradores de Justiça, o Secretário confirmou a distribuição das referidas Atas, com  
20 exceção da Ata da Reunião do dia 30 de janeiro de 2013, que ainda estava sendo concluída.  
21 O Presidente indagou aos senhores Procuradores de Justiça se existia alguma correção a ser  
22 feita nas Atas distribuídas. A esse respeito, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira  
23 de Queiroz disse que gostaria que fossem corrigidos alguns pontos. Anotados pelo  
24 Secretário, o Presidente agradeceu as contribuições do Procurador de Justiça Afrânio  
25 Roberto Pereira de Queiroz e informou que as alterações seriam efetuadas nas respectivas  
26 Atas. Feitas essas considerações, o Colégio aprovou as Atas que foram entregues, com as  
27 devidas retificações, a saber: As atas das sessões do dia 5 de dezembro de 2012 (Ordinária),  
28 17 de dezembro de 2012 (Ordinária e Extraordinária) e de 2 de janeiro de 2013  
29 (Extraordinária Solene). Determinada a leitura da Ordem do dia, o Secretário passou a ler os  
30 demais itens da Pauta. O **item 2** diz respeito a deliberação sobre o processo de número PGJ  
31 – 1935/2012, tendo como interessada a Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba.  
32 Assunto: solicitação de audição frente a esse colegiado. O seu requerimento foi entregue a  
33 Vossas Excelências na Sessão agendada para o dia 15 de agosto de 2012. O **item 3**. Processo  
34 nº PGJ – 5285/2012, cuja interessada é a Promotora de Justiça Doutora Denise Guimarães de  
35 Oliveira. Assunto diz respeito a retificação de atribuições em face da resolução nº 38/2012  
36 desse Colegiado. O **item 4**. Processo PGJ – 724/2013, o interessado é o Doutor Marcos  
37 Robson Nascimento Costa. Assunto versa sobre o encaminhamento de projeto de Ato  
38 Normativo da Controladoria Interna. O **item 5**. Apresentação da Assessoria de Planejamento



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

---

8  
9  
10  
11

39 Estratégico sobre o nosso Planejamento Estratégico do MPE/AL. O **item 6** trata de eventuais  
40 matérias inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Feita a  
41 leitura da ordem do dia, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça anunciou o  
42 pedido de inversão da pauta, vale dizer, que o item 5 fosse apreciado antes dos itens 2 a 6.  
43 Em face da colocação do Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Doutor  
44 Sérgio Jucá sugeriu que fossem apreciados os itens 3 e 4, depois seria apreciado o item 5 e,  
45 por fim, os itens 2 e 6. Questionado se havia alguma objeção por conta da inversão da pauta,  
46 o Colegiado manteve-se em silêncio. Deu-se então prosseguimento a apreciação do **item 3**,  
47 restando deliberado que o processo anunciado, cuja interessada é a Promotora de Justiça  
48 Denise Guimarães de Oliveira, por conta da natureza da matéria, deveria ser relatado,  
49 cabendo ao Senhor Secretário proceder o sorteio e respectiva distribuição. Quanto ao **item 4**,  
50 restou deliberada a remessa à Comissão Permanente Institucional. Neste átimo, o Procurador  
51 de Justiça Eduardo Tavares Mendes solicitou ao Presidente desta Comissão, Doutor Lean  
52 Antônio Ferreira de Araújo, que, se pudesse, priorizasse a análise dessa matéria. Em seguida  
53 foi concedida a palavra ao Promotor de Justiça Humberto Pimentel, que saudou os  
54 Procuradores de Justiça e explicou que a Assessoria de Planejamento tinha solicitado  
55 anteriormente uma audiência com Doutor Sérgio Jucá para apresentar o que será exposto,  
56 todavia o Procurador-Geral de Justiça fez questão que essa exposição fosse apresentado  
57 diante do Colégio de Procuradores. Falou rapidamente como tem sido desenvolvida a gestão  
58 estratégica e o escritório de projetos, o qual tem por função favorecer a efetividade dos  
59 objetivos dos projetos. Após essas considerações iniciais, informou que o servidor Willams  
60 Ferreira de Oliveira apresentaria o desenho da gestão estratégica do MPE-AL e que a  
61 servidora Renata de Oliveira Teixeira faria uma exposição sobre o escritório de projetos.  
62 Willams saudou a todos, apresentou-se e passou a discorrer sobre a criação do Comitê de  
63 Gestão Estratégica. Explanou sobre a necessidade da criação do Comitê de Gestão  
64 Estratégica para a continuidade do modelo de gestão adotado pelo Ministério Público do  
65 Estado de Alagoas. Foi apresentada como será composto o comitê (cujos membros deverão  
66 ser indicados pelo Procurador Geral de Justiça), sua finalidade, atribuições e importância da  
67 sua existência. Demonstrou a necessidade de se trabalhar com programas e projetos, criação  
68 de indicadores e estabelecimento de metas, onde cada integrante do comitê, responsável pela  
69 sua área (objetivo estratégico), deverá apresentar projetos que estejam em consonância com  
70 o Plano Estratégico 2011-2022. Ressaltou ainda que cada integrante irá apontar as  
71 prioridades do Plano Estratégico 2011-2022 para a elaboração do Plano Geral de Atuação -  
72 PGA. Este terá o prazo de dois anos e será renovado a cada biênio. Por fim, fez menção a  
73 vários Ministérios Públicos que adotaram e estão adotando o mesmo modelo de gestão e  
74 citou, também, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que se encontra no mesmo  
75 patamar que o MPE/AL. De maneira detalhada, explicitou a finalidade do modelo de gestão  
76 estratégica; suas origens, o plano estratégico, objetivos da área fim, objetivos da área meio,

12



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

---

14  
15  
16  
17

77 programas e projetos necessários a realização desse plano, os cursos de formação de agentes  
78 capacitados para realização de projetos, e a formação do comitê. Nesse momento, Doutor  
79 Márcio Roberto fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, eu queria saber quais foram  
80 os critérios utilizados para essa composição? Porque tem uma instituição no Ministério  
81 Público, apesar dela ser esquecida muitas vezes, e ela foi esquecida mais uma vez, que é a  
82 Corregedoria-Geral do Ministério Público. Na minha ótica é uma Instituição muito  
83 importante. E não está aí!”. Diante dessa fala, Doutor Márcio Roberto observou que esse  
84 desenho não contemplava a Corregedoria-Geral do MPE/AL e que no seu entender isso seria  
85 importante. Willams Ferreira de Oliveira esclareceu que, em sua origem, o comitê gestor, da  
86 forma como tinha sido pensado, entendia que a Corregedoria estaria atuando ao longo do  
87 desenho, mas que não teria uma representação enquanto órgão no Comitê de Gestão. Ante a  
88 esta resposta e entendo que da forma traçada a Corregedoria não teria relevância, o  
89 Corregedor do Ministério Público informou que iria se ausentar, com de fato se ausentou, da  
90 Reunião. Willams Ferreira de Oliveira deu continuidade a sua explanação dando  
91 conhecimento de que outras experiências de Gestão Estratégica já vinham sendo  
92 desenvolvidas no Ministério Público de Minas Gerais em que o PGA – Plano Geral de  
93 Atuação, incluía a criação de indicadores e metas. Essa experiência inspirou a criação do  
94 PGA no MPE/AL por meio das iniciativas estratégicas e indicadores estratégicos. Deu  
95 exemplos e explicitou as metas do plano diante dos indicadores e das iniciativas. Informou  
96 que o acompanhamento do desenvolvimento dos indicadores e das metas serão feitos a partir  
97 das RAE – Reuniões Trimestrais de Análise Estratégica. Sendo o Comitê de Gestão  
98 Estratégica composto por quinze integrantes, caberá a esses membros dar conhecimento ao  
99 Procurador-Geral de Justiça dos desdobramentos dos projetos e programas viabilizados por  
100 meio dessa iniciativa. Asseverou que experiências como essas já vêm sendo desenvolvidas  
101 pelos Ministérios Públicos da Bahia, de Goiás, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e  
102 Tribunal de Justiça de Alagoas. Acrescentou que vem sendo ventilada uma proposta de  
103 parceria com TJ/AL para proposição dessas iniciativas de gestão estratégica com o MPE/AL.  
104 Após essas considerações sobre a Gestão Estratégica no MPE/AL, Doutor Humberto  
105 Pimentel informou que o MPE/AL está no mesmo nível do TJ/AL no que concerne ao  
106 Planejamento Estratégico. Ressaltou que esse Comitê emerge com a principal função de  
107 viabilizar a efetivação dos objetivos do programa. Depois dessa esclarecimento, solicitou  
108 que a servidora Renata de Oliveira Teixeira que passasse a apresentar o Escritório de  
109 Projetos. Renata saudou a todos e iniciou fazendo a apresentação da relação que existe entre  
110 o Comitê de Gestão Estratégica que será implantado e o Escritório de Projetos,  
111 demonstrando a interação necessária que haverá entre ambos, que se expressará por meio do  
112 apoio do Escritório de Projetos na elaboração de projetos, monitoramento e transferência de  
113 informações referentes ao conjunto de projetos da instituição, intercâmbio de experiências  
114 em gerenciamento de projetos e alinhamento dos objetivos dos projetos diante das

18



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

---

20  
21  
22  
23

115 prioridades traçadas pelo Comitê de Gestão. Em continuação, foram apresentados o  
116 formulário de Termo de Abertura de Projeto e o Fluxograma de Aprovação de Projetos.  
117 Ressaltou a existência do Banco Nacional de Projetos, bem como sua importância como  
118 ferramenta de divulgação e repetição de boas práticas implementadas no âmbito do  
119 Ministério Público Brasileiro. Informou que a função desse Escritório será de assessorar a  
120 equipe de projetos. Apresentou quatro formas de cooperação do Escritório com o Comitê:  
121 apoio na elaboração de registro e execução dos projetos (ressaltou que quem vai elaborar os  
122 projetos são os servidores e membros e não o escritório); monitoramento das informações  
123 referentes aos projetos em andamento; a troca de experiências sobre gerenciamento;  
124 alinhamento aos objetivos dos projetos as prioridades traçadas pelo Comitê. Em seguida  
125 discorreu sobre as contribuições desse escritório, os formulários, fluxo para aprovação do  
126 Termo de Abertura de Projetos, o Banco Nacional de Projetos (que tem por finalidade  
127 armazenar os projetos de todos os Ministérios Públicos para que bons projetos possam ser  
128 replicados, coletados e disseminados os projetos bem sucedidos). Depois destas explicações,  
129 o Dr. Humberto Pimentel apresentou os programas MP Comunitário e FPI do São Francisco  
130 que estão na página do MPE/AL. Informou que o site do CNMP é aberto a todos para  
131 consulta de projetos e mostrou como se pode fazer buscas por projetos no Banco a partir do  
132 site do CNMP. Finda a exposição, o Dr. Humberto Pimentel solicitou ao Procurador-Geral  
133 de Justiça que indicasse os membros do citado Comitê. O Presidente da Sessão então  
134 indagou aos pares se tinham alguma colocação ou observação. Falaram então sobre esse  
135 ponto os Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá, José Artur Melo, Afrânio  
136 Roberto Pereira de Queiroz, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro,  
137 Eduardo Tavares Mendes e Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. O Procurador de Justiça Geraldo  
138 Magela destacou a feliz idéia do Dr. Eduardo Tavares de antecipar o futuro, que hoje não se  
139 pode fazer presente sem pensar no amanhã. Lembrou a evolução do MPE-AL desde quando  
140 ocupava um espaço de três salas até o cenário atual. O Procurador de Justiça José Artur Melo  
141 destacou que não concebia o uso do termo estratégico, vez que nunca teria visto um  
142 planejamento que não fosse estratégico. Questionou ainda se as prioridades para seleção de  
143 projetos eram inflexíveis. O Doutor Humberto Pimentel informou que: “quando a gente fala  
144 de estratégia geralmente se fala de planos de longo prazo. Com relação ao Escritório de  
145 Projetos as prioridades definidas pelo Comitê atendem apenas a uma pulverização das fontes  
146 de informações, mas o foco é o Procurador-Geral de Justiça, é ele quem decide”. Nesse  
147 sentido, arrematou, não são inflexíveis essas prioridades, pois elas podem em última  
148 instância, ser redefinidas pelo Procurador-Geral de Justiça. O Procurador de Justiça Afrânio  
149 Roberto endossou as palavras do Doutor Geraldo Magela, ressaltando a figura do Doutor  
150 Luciano Chagas enquanto Presidente da AMPAL, que teve a visão do futuro e adquiriu à  
151 época um computador para a Associação e o gestor posterior disse que aquilo não tinha  
152 necessidade e vendeu o computador. Ressaltou ainda que o Procurador de Justiça Eduardo

26  
27  
28  
29



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

153 Tavares teve essa visão e conseguiu implantar o planejamento estratégico no âmbito do  
154 MPE/AL. À guisa de contribuição, o Procurador de Justiça Lean Araújo destacou que seria  
155 interessante que o Comitê fosse formado no âmbito do gabinete, evitando assim os longos  
156 caminhos até ser aprovado. Outro aspecto que precisava ser considerado seria da avaliação  
157 de políticas que não foram contempladas no projeto. Doutor Humberto Pimentel acolheu as  
158 sugestões do Doutor Lean Araújo e acrescentou a questão das verbas oriundas dos convênios  
159 extraordinários. Informou que há uma quantidade enorme de recursos federais para  
160 fomentar projetos e que apesar do MPE/AL ser uma Instituição honesta é preciso qualificar  
161 seu pessoal para saber operar com a ferramenta de gestão desses recursos. O Procurador de  
162 Justiça Marcos Méro parabenizou a equipe de assessoramento estratégico e disse que os  
163 nomes deles já estavam inseridos na história do MPE/AL. O Procurador de Justiça Eduardo  
164 Tavares lembrou que o Planejamento Estratégico é resultado dos esforços conjuntos do  
165 Procurador-Geral de Justiça, do Procurador Administrativo Institucional e do Procurador  
166 Judicial, e todos os demais que formaram a sua equipe na anterior Procuradoria Geral de  
167 Justiça. Indagou neste momento sobre o andamento do projeto do MP Comunitário, em  
168 particular em face dos estraves que estavam acontecendo quanto à disponibilidade de verbas  
169 federais. Doutor Humberto Pimentel, sobre este ponto, informou que por falta de  
170 conhecimento técnico a proposta do MPE/AL restou inexecutável. Não por falta de verba,  
171 mas por conta do conteúdo. Mudando-o, seria possível torná-lo executável, o que foi feito  
172 mediante a proposta do Promotor de Justiça Cláudio Malta, especialista na matéria fim.  
173 Disse ainda que o Presidente da Sessão, Doutor Sérgio Jucá, tem a senha máster do Sistema  
174 de Convênios - SICONV, e passou uma senha com menos poderes para os servidores  
175 Willams e Renata, devendo agora a gestão desse projeto ser desenvolvida de modo mais  
176 adequado. Acrescentou que é uma fonte muito interessante de recursos. Retornada a palavra  
177 para o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Jucá agradeceu a equipe pela belíssima  
178 exposição. Demais disso noticiou que o **item 2** da pauta deveria ser inserido na Reunião  
179 vindoura, ante a ausência neste ato de quórum. Por esta mesma razão declarou encerrada a  
180 Reunião, determinando a lavratura desta Ata em Extrato, o que fez como Secretário e sob a  
181 conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodre Valentim de Souza

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190

15º Procedimento Preparatório nº 17/2011 – Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Desmatamento irregular na Chã da Jaqueira – Recexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ezziel Lidio de Souza – Relator: Luiz Barbosa Camalóba.

16º Procedimento Administrativo nº 167/2008 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de Contas das obras no Complexo de Unidades de Internação da Capital – Recexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Camalóba – Voto-vista: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

17º Procedimento Administrativo nº 200/2012 (Processo PGJ nº 3580/2012) – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação em face do Hospital Arthur Ramos (adiamento de cirurgia por falta de leito) – Recexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Gerivaldo Pontes dos Santos – Relator: Conselheiro Marcos Méro.

Macéio, 19 de abril de 2013.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho  
Promotor de Justiça-Secretário

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze (13.03.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Macéio, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Luciano Chagas da Silva, Geraldo Magela Barbosa Piraulá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antígones Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Marcos Barros Méro. Inicialmente, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e, de incógnita, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião, indagando ao Senhor Secretário se as Atas indicadas na pauta haviam sido distribuídas aos senhores Procuradores de Justiça, o Secretário confirmou a distribuição das referidas Atas, com exceção da Ata da Reunião do dia 30 de janeiro de 2013, que ainda estava sendo concluída. O Presidente indagou aos senhores Procuradores de Justiça se existia alguma correção a ser feita nas Atas distribuídas. A esse respeito, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz disse que gostaria que fossem corrigidos alguns pontos. Anotados pelo Secretário, o Presidente agradeceu as contribuições do Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e informou que as alterações seriam efetuadas nas respectivas Atas. Feitas essas considerações, o Colégio aprovou as Atas que foram entregues, com as devidas retificações, a saber: As atas das sessões do dia 5 de dezembro de 2012 (Ordinária), 17 de dezembro de 2012 (Ordinária e Extraordinária) e de 2 de janeiro de 2013 (Extraordinária Solene). Determinada a leitura da Ordem do dia, o Secretário passou a ler os demais itens da Pauta. O item 2 foi suscitado e deliberado sobre o processo de número PGJ – 1935/2012, tendo como interessada a Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Camalóba. Assunto: solicitação de audiência

frente a esse Colegiado. O seu requerimento foi entregue a Vossas Excelências na Sessão agendada para o dia 15 de agosto de 2012. O item 3. Processo nº PGJ – 5285/2012, cuja interessada é a Promotora de Justiça Doutora Denise Guimarães de Oliveira. Assunto diz respeito a retificação de distribuições em face da resolução nº 38/2012 desse Colegiado. O item 4. Processo PGJ – 724/2013, o interessado é o Doutor Marcos Robson Nascimento Costa. Assunto versa sobre o encaminhamento de projeto de Ato Normativo da Controladoria Interna. O item 5. Apresentação da Assessoria de Planejamento Estratégico sobre o nosso Planejamento Estratégico do MPE/AL. O item 6 trata de eventuais matérias inscritas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Feita a leitura da ordem do dia, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça anunciou o pedido de inversão da pauta, vale dizer, que o item 5 fosse apreciado antes dos itens 2 a 6. Em face da colocação do Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Doutor Sérgio Jucá sugeriu que fossem apreciados os itens 3 e 4, depois seria apreciado o item 5 e, por fim, os itens 2 e 6. Questionado se havia alguma objeção por conta da inversão da pauta, o Colegiado manteve-se em silêncio. Deu-se então prosseguimento a apreciação do item 3, restando deliberado que o processo anunciado, cuja interessada é a Promotora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, por conta da natureza da matéria, deveria ser relatado, cabendo ao Senhor Secretário proceder o sorteio e respectiva distribuição. Quanto ao item 4, restou deliberada a remessa à Comissão Permanente Institucional. Neste âmbito, o Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes solicitou ao Presidente desta Comissão, Doutor Lean Antônio Ferreira de Araújo, que, se pudesse, priorizasse a análise dessa matéria. Em seguida foi concedida a palavra ao Promotor de Justiça Humberto Pimentel, que saudou os Procuradores de Justiça e explicou que a Assessoria de Planejamento tinha solicitado anteriormente uma audiência com Doutor Sérgio Jucá para apresentar o que será exposto, todavia o Procurador-Geral de Justiça fez questão que essa exposição fosse apresentada diante do Colégio de Procuradores. Falou rapidamente como tem sido desenvolvida a gestão estratégica e o escritório de projetos, o qual tem por função favorecer a efetividade dos objetivos dos projetos. Após essas considerações iniciais, informou que o servidor Williams Ferreira de Oliveira apresentaria o desenho da gestão estratégica do MPE-AL e que a servidora Renata de Oliveira Teixeira faria uma exposição sobre o escritório de projetos. Williams saudou a todos, apresentou-se e passou a discorrer sobre a criação do Comitê de Gestão Estratégica. Explicou sobre a necessidade da criação do Comitê de Gestão Estratégica para a continuidade do modelo de gestão adotado pelo Ministério Público do Estado de Alagoas. Foi apresentada como será composto o comitê (cujos membros deverão ser indicados pelo Procurador-Geral de Justiça), sua finalidade, atribuições e importância da sua existência. Demonstrou a necessidade de se trabalhar com programas e projetos, criação de indicadores e estabelecimento de metas, onde cada integrante do comitê, responsável pela sua área (objeto estratégico), deverá apresentar projetos que estejam em consonância com o Plano Estratégico 2011-2022. Ressaltou ainda que cada integrante irá apontar as prioridades do Plano Estratégico 2011-2022 para a elaboração do Plano Geral de Atuação - PGA. Este terá o prazo de dois anos e será renovado a cada biênio. Por fim, fez menção a vários Ministérios Públicos que adotaram e estão adotando o mesmo modelo de gestão e citou, também, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que se encontra no mesmo patamar que o MPE/AL. De maneira detalhada, explicou a finalidade do modelo de gestão estratégica; suas origens, o plano estratégico, objetivos da área fim, objetivos da área meio, programas e projetos necessários a realização desse

plano, os cursos de formação de agentes capacitados para realização de projetos, e a formação do comitê. Nesse momento, Doutor Márcio Roberto fez a seguinte intervenção: "Senhor Presidente, eu queria saber quais foram os critérios utilizados para essa composição? Porque tem uma instituição no Ministério Público, apesar de ser esquecida muitas vezes, e ela foi esquecida mais uma vez, que é a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Na minha ótica é uma instituição muito importante. E não está ali". Diante dessa fala, Doutor Márcio Roberto observou que esse desenho não contemplava a Corregedoria-Geral do MPE/AL e que no seu entender isso seria importante. Williams Ferreira de Oliveira esclareceu que, em sua origem, o comitê gestor, da forma como tinha sido pensado, entendia que a Corregedoria estaria atuando ao longo do desenho, mas que não teria uma representação enquanto órgão no Comitê de Gestão. Ante esta resposta e entendendo que da forma traçada a Corregedoria não teria relevância, o Corregedor do Ministério Público informou que iria se ausentar, com de fato se ausentou, da Reunião. Williams Ferreira de Oliveira deu continuidade a sua explanação dando conhecimento de que outras experiências de Gestão Estratégica já vinham sendo desenvolvidas no Ministério Público de Minas Gerais em que o PGA – Plano Geral de Atuação, incluía a criação de indicadores e metas. Essa experiência inspirou a criação do PGA no MPE/AL por meio das iniciativas estratégicas e indicadores estratégicos. Deu exemplos e explicou os metas do plano diante dos indicadores e das iniciativas. Informou que o acompanhamento do desenvolvimento dos indicadores e das metas serão feitos a partir das RAE – Reuniões Trimestrais de Análise Estratégica. Sendo o Comitê de Gestão Estratégica composto por quinze integrantes, caberá a esses membros dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça dos desdobramentos dos projetos e programas viabilizados por meio dessa iniciativa. Asseverou que experiências como essas já vêm sendo desenvolvidas pelos Ministérios Públicos da Bahia, de Goiás, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e Tribunal de Justiça de Alagoas. Acrescentou que vem sendo ventilada uma proposta de parceria com TJAL para proposição dessas iniciativas de gestão estratégica com o MPE/AL. Após essas considerações sobre a Gestão Estratégica no MPE/AL, Doutor Humberto Pimentel informou que o MPE/AL está no mesmo nível do TJAL no que concerne ao Planejamento Estratégico. Ressaltou que esse Comitê emerge com a principal função de viabilizar a efetivação dos objetivos do programa. Depois dessa esclarecimento, solicitou que a servidora Renata de Oliveira Teixeira que passasse a apresentar o Escritório de Projetos. Renata saudou a todos e iniciou fazendo a apresentação da relação que existe entre o Comitê de Gestão Estratégica que será implantado e o Escritório de Projetos, demonstrando a interação necessária que haverá entre ambos, que se expressará por meio do apoio do Escritório de Projetos na elaboração de projetos, monitoramento e transferência de informações referentes ao conjunto de projetos da instituição, intercâmbio de experiências em gerenciamento de projetos e alinhamento dos objetivos dos projetos diante das prioridades traçadas pelo Comitê de Gestão. Em continuação, foram apresentados o formulário de Termo de Abertura de Projeto e o Fluxograma de Aprovação de Projetos. Ressaltou a existência do Banco Nacional de Projetos, bem como sua importância como ferramenta de divulgação e repetição de boas práticas implementadas no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Informou que a função desse Escritório será de assessorar a equipe de projetos. Apresentou quatro formas de cooperação do Escritório com o Comitê: apoio na elaboração de registro e execução dos projetos (ressaltou que quem vai elaborar os projetos são os servidores e membros e não o escritório); monitoramento das informações referentes aos projetos em

andamento; a troca de experiências sobre gerenciamento; alinhamento aos objetivos dos projetos as prioridades traçadas pelo Comitê. Em seguida discorreu sobre as contribuições desse escritório, os formulários, fluxo para aprovação do Termo de Abertura de Projetos, o Banco Nacional de Projetos (que tem por finalidade armazenar os projetos de todos os Ministérios Públicos para que bons projetos possam ser replicados, coletados e disseminados os projetos bem sucedidos). Depois destas explicações, o Dr. Humberto Pimentel apresentou os programas MP Comunitário e FPI do Sr. Francisco que estão na página do MPE/AL. Informou que o site do CNMP é aberto a todos para consulta de projetos e mostrou como se pode fazer buscas por projetos no Banco a partir do site do CNMP. Finda a exposição, o Dr. Humberto Pimentel solicitou ao Procurador-Geral de Justiça que indicasse os membros do citado Comitê. O Presidente da Sessão então indagou aos pares se tinham alguma colocação ou observação. Falaram então sobre esse ponto os Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Piraulá, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Eduardo Tavares Mendes e Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. O Procurador de Justiça Geraldo Magela destacou a feliz ideia do Dr. Eduardo Tavares de antecipar o futuro, que hoje não se pode fazer presente sem pensar no amanhã. Lembrou a evolução do MPE-AL desde quando ocupava um espaço de três salas até o cenário atual. O Procurador de Justiça José Artur Melo destacou que não concebia o uso do termo estratégico, vez que nunca teria visto um planejamento que não fosse estratégico. Questionou ainda se as prioridades para seleção de projetos eram inflexíveis. O Doutor Humberto Pimentel informou que: "quando a gente fala de estratégia geralmente se fala de planos de longo prazo. Com relação ao Escritório de Projetos as prioridades definidas pelo Comitê atendem apenas a uma pulverização das fontes de informações, mas o foco é o Procurador-Geral de Justiça, é ele quem decide". Nesse sentido, arrematou, não são inflexíveis essas prioridades, pois elas podem em última instância, ser redefinidas pelo Procurador-Geral de Justiça. O Procurador de Justiça Afrânio Roberto endossou as palavras do Doutor Geraldo Magela, ressaltando a figura do Doutor Luciano Chagas enquanto Presidente da AMPAL, que teve a visão do futuro e adquiriu à época um computador para a Associação e o gestor posterior disse que aquilo não tinha necessidade e vendeu o computador. Ressaltou ainda que o Procurador de Justiça Eduardo Tavares teve essa visão e conseguiu implantar o planejamento estratégico no âmbito do MPE/AL. A guisa de contribuição, o Procurador de Justiça Lean Araújo destacou que seria interessante que o Comitê fosse formado no âmbito do gabinete, evitando assim os longos caminhos até ser aprovado. Outro aspecto que precisava ser considerado seria da avaliação de políticas que não foram contempladas no projeto. Doutor Humberto Pimentel acolheu as sugestões do Doutor Lean Araújo e acrescentou a questão das verbas oriundas dos convênios extraparamentários. Informou que há uma quantidade enorme de recursos federais para fomentar projetos e que pesar do MPE/AL ser uma instituição honesta é preciso qualificar seu pessoal para saber operar com a ferramenta de gestão desses recursos. O Procurador de Justiça Marcos Méro parabenizou o equipe de assessoramento estratégico e disse que os nomes deles já estavam inseridos na história do MPE/AL. O Procurador de Justiça Eduardo Tavares lembrou que o Planejamento Estratégico é resultado dos esforços conjuntos do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador Administrativo Institucional e do Procurador Judicial, e todos os demais que formaram a sua equipe na anterior Procuradoria Geral de Justiça. Indagou neste momento sobre o andamento do projeto do MP Comunitário, em particular em face dos estraves que estavam acontecendo.

tecendo quanto à disponibilidade de verbas federais. Doutor Humberto Pimentel, sobre este ponto, informou que por falta de conhecimento técnico a proposta do MPE/AL restou inexequível. Não por falta de verba, mas por conta do conteúdo. Mudando-o, seria possível torná-lo exequível, o que foi feito mediante a proposta do Promotor de Justiça Cláudio Malta, especialista na matéria fim. Disse ainda que o Presidente da Sessão, Doutor Sérgio Jucá, tem a senha máster do Sistema de Convênios - SICONV, e passou uma senha com menos poderes para os servidores Williams e Renata, devendo agora a gestão desse projeto ser desavolvida de modo mais adequado. Acrescentou que é uma fonte muito interessante de recursos. Retornada a palavra para o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Jucá agradeceu a equipe pela belíssima exposição. Depois disso notou que o item 2 da pauta deveria ser inserido na Reunião vindoura, ante a ausência neste ato de quórum. Por esta mesma razão declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata em Extrafo, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza  
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e treze (20.03.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arceppio de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Piraúá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antígones Marques de Lira, Dilmara Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Artran de Pereira Monte, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença e saudou a todos. De incoincidência, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Deliberar sobre o Processo PGJ nº 1935/2012. Interessada: Maria Cecília Pontes Carnaúba. Assunto: Solicitando audição frente ao CPI/ MPE/AL. Requerimento entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 15.03.2012. 2. Deliberar sobre o Processo PGJ nº 4524/2012. Interessada: AMPAL. Assunto: Auxílio-alimentação, c. 3. Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Após a leitura da ordem do dia, o Procurador-Geral de Justiça Dr. Sérgio Jucá questionou ao Colégio se teriam interesse em incluir outras matérias na ordem do dia. Silentes os Procuradores, passou-se então a apreciação dos itens da pauta. Quanto ao item 1 (um), o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá ressaltou que se trata de um pedido que tinha sido feito em agosto de 2012, no qual a Promotora de Justiça Maria

Cecília Pontes Carnaúba vinha pedindo oitiva diante do Colégio de Procuradores de Justiça para tratar de assuntos relacionados a Promotoria de Justiça da qual é titular. Indagou então ao Colégio se alguém gostaria de se pronunciar sobre este ponto. O Procurador de Justiça Dilmara Camerino solicitou a palavra, sendo-lhe concedida pelo Presidente da Sessão. O Procurador de Justiça Dilmara Camerino saudou a todos passando a dizer que esse é um tema do qual já teve oportunidade de se pronunciar em outra feita. Disse que a Promotora de Justiça Cecília Carnaúba viveu um período conturbado, sendo destaque em jornais e em redes sociais. Falou que este Colegiado tinha que reconhecer que a referida Promotora de Justiça operou em nome do Ministério Público e como Instituição Democrática que é, o melhor seria que o Colegiado deliberasse favoravelmente o pedido a fim de ouvi-la. Acrescentou ainda que os Órgãos do Ministério Público precisam se preparar. A capacidade de luta do membro do Ministério Público impõe isto. Disse que em alguns momentos ultrapassamos os nossos limites, fazemos coisas que não eram nossas, mas não de má-fé, nem querendo ser melhor de que ninguém, nem querendo usurpar função de ninguém. Lembrou que há um projeto de emenda constitucional criando um ambiente desfavorável ao MP, que trata da investigação pelo agente ministerial. Continuou dizendo que parabenizava o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá pela resposta dada diante da acusação sofrida pelo Ministério Público do Estado de Alagoas envolvendo o sindicato dos médicos do Estado de Alagoas, acrescentando que sob o comando do Procurador de Justiça Sérgio Jucá a Instituição Ministerial irá saber caminhar sempre na direção que ela caminha e vem caminhando, que é o grande objetivo do Ministério Público, a correta aplicação da lei. Pediu ainda o Procurador de Justiça Dilmara Camerino que ficasse registrado em Ata que os médicos no Estado de Alagoas estão efetivamente passando por um momento de muita dificuldade sob o ponto de vista administrativo, financeiro e é uma categoria que tem o conhecimento e os instrumentos para salvar vidas. Após a fala do Procurador de Justiça Dilmara Camerino, foi concedida a palavra ao Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba, que cumprimentou ao Presidente, demais colegas, e pronunciou sobre o pedido da Promotora de Justiça Cecília Carnaúba dizendo que: "o Colegiado poderia convidá-la para ouvi-la e convidar o Dr. Adriano Soares. Dra. Cecília, lembrou, tem mandado cópia de todas as ações propostas para os Procuradores. Então o que é que ela teria de interesse para agora ouvi-la. Se nós comprovamos, constatamos através das petições, ações que ela tem proposto, fundamentadamente, o que é que ela teria a dizer a mais além do que ela já deu conhecimento ao Colégio de Procuradores? A Presidente da AMPAL está aqui presente e deu uma nota no jornal em solidariedade e apoio a Dra. Cecília, reconhecendo a sua conduta ilibada, sua conduta profissional". Acrescentou que, honestamente, não via sentido de ouvi-la neste Colegiado. Com a palavra o Procurador-Geral de Justiça Sérgio, agradeceu a contribuição do Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba e concedeu a palavra ao Procurador de Justiça Marcos Méro, que cumprimentou ao Presidente e aos demais colegas passando a dizer: "Eu suponho que a Dra. Cecília Carnaúba está sofrendo desgaste, coin relação às muitas medidas judiciais que tentou contra o Senhor Secretário de Educação, porque todas as questões envolvendo a educação em Alagoas são distribuídas para ela, quando deveriam ser repartidas equitativamente entre os integrantes da Promotoria da Fazenda Estadual. Daí, aparentar perseguição ao Senhor Secretário, quer seja a atual ou fosse outro qualquer. Outrossim, quanto ao seu pedido para se pronunciar sobre o caso, perante este Colegiado, em-

born não seja regimentalmente amparado, acho que deve ser acolhido, até por uma questão de colegiismo." Retornada a palavra para o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, agradeceu a contribuição e passou a palavra para o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, que passou a dizer que o Procurador-Geral de Justiça teve uma postura adequada sobre o caso do sindicato dos médicos. Que as palavras do Procurador de Justiça Dilmara Lopes Camerino foram muito oportunas e que fazia coro a essas e acrescentou que o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá teria sempre o apoio da Instituição através do seu Colegiado. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio agradeceu e passou a palavra para o Procurador de Justiça José Arthur, que saudou a todos e passando a dizer que, igualmente, não poderia deixar de louvar a postura do Procurador-Geral de Justiça diante da resposta dada ao sindicato dos médicos. Com referência a Dra. Cecília, alinhou-se com aqueles que entendem que deve ouvi-la. Elogiou e parabenizou o Procurador-Geral pelo cumprimento do horário de início das Sessões do Colégio. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá agradeceu e concedeu a palavra ao Corregedor do MPE/AL, Márcio Roberto Tenório, que saudou a todos e disse que não tinha nenhum problema em ver a Promotora de Justiça Cecília Carnaúba diante deste Colegiado, porém tudo que ela venha a dizer será por ele analisado. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá agradeceu e passou a palavra para o Procurador de Justiça Lean Araújo, que cumprimentou a todos os presentes, passando a dizer que estava solidário com o Procurador de Justiça Dilmara Camerino no tocante a moção que dirigiu ao Dr. Sérgio Jucá. Que leu a resposta dada pelo Procurador-Geral de Justiça no Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 19 de março de 2013, e pôde observar a seriedade com que ele tratou o tema. Disse que o Procurador-Geral de Justiça deu o primeiro passo para que a população alagoana consiga compreender qual é o atual cenário e qual seria a posição do Ministério Público Estadual neste cenário. No que se refere a discussão do pedido da Dra. Cecília Carnaúba, em síntese, disse que era a favor da sua oitiva por este Colegiado. Dr. Sérgio Jucá agradeceu ao Procurador de Justiça Lean Araújo e declarou encerrada a fase de debates, para em seguida colher os votos dos Procuradores de Justiça. Colhidos, inicialmente, por maioria, foi deferido o pedido da Dra. Cecília Carnaúba. Destarte, revendo sua posição, o Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba reiterou-a para deferir o pedido da Promotora de Justiça Cecília Carnaúba. Diante disto, o Presidente da Reunião proclamou o resultado dizendo que o Colegiado, à unanimidade, deferiu o pedido da Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba, determinando ao Senhor Secretário que cuidasse das tratativas para a data da oitiva da Dra. Cecília. Quanto ao item 2 da Pauta, o Procurador-Geral de Justiça passou a informar que o Processo PGJ nº 4524/2012 trata do pedido da AMPAL, suscitado pela Presidente da AMPAL, Promotora de Justiça Adilza Inácio de Freitas, cujo objeto é o auxílio-alimentação. Disse que o Ministério Público de Alagoas é uma das últimas unidades que ainda não implantou essa vantagem, só restando cinco unidades no país nesta situação. Destacou que a petição está devidamente instruída, inclusive com sugestão de um parâmetro para fixação no valor de 710 (setecentos e dez) reais, que, aliás, é o valor que todos os integrantes da carreira do Ministério Público da União recebem. Acrescentou que foram ouvidos todos os setores envolvidos da Administração. A Diretoria de Programação e Orçamento e a Diretoria de Contabilidade e Finanças revelaram haver cobertura orçamentária para a implantação da referida vantagem. O Processo também recebeu parecer favorável da Consultoria Jurídica que demonstrou não haver qualquer obstáculo de or-

dem constitucional ou legal ao deferimento do pedido. Lembrou que os Procuradores tinham em mãos a proposta e nestas consta a citação de vários diplomas legais e, ainda, à luz dos precedentes na esfera do Conselho Nacional do Ministério Público. Reconheceu que no início houve uma certa polêmica tanto que isso foi objeto de procedimento de controle no âmbito do CNMP, mas superada a polêmica a matéria deixou de ser controvertida e hoje quem ainda não instituiu a vantagem, não instituiu em razão de entraves orçamentários. Acolheu a sugestão da Dra. Adilza Inácio de Freitas, principalmente quanto ao valor do auxílio 710 (setecentos e dez) reais e no art. 4º eulou-se dos efeitos financeiros. Não olvidou em dizer que os Procuradores conheciam sobejamente hermenêutica jurídica e sabiam que o efeito financeiro retroage a cinco anos, ante o fenômeno instituído no direito, que é o da prescrição. De modo que a proposta da gestão seria de instituir a vantagem, o auxílio-alimentação, reconhecendo, se aprovada, esse crédito. E esse crédito será adimplido de acordo com a disponibilidade orçamentária. Abriu então a fase de discussão desta matéria. Falaram sobre este ponto os Procuradores de Justiça Antônio Arceppio de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antígones Marques de Lira, Dilmara Lopes Camerino, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Marcos Barros Méro. O Procurador de Justiça Antônio Arceppio de Barros Teixeira Neto ponderou se seria o momento oportuno para implementar o auxílio-alimentação para os membros do Ministério Público em face da situação vivenciada pelos demais servidores do Estado de Alagoas, como os policiais militares, médicos, professores. O Procurador de Justiça Marcos Barros Méro disse que se tratava de um direito formulado pela Presidente da AMPAL e não havia razão para sua não implementação. Neste mesmo sentido o Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba. Os Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antígones Marques de Lira, Dilmara Lopes Camerino, Márcio Roberto Tenório de Barros Barros Méro e Sérgio Jucá debateram sobre a redação do parágrafo 2º do art. 2º da minuta apresentada, sendo a fim aprovada, por sugestão do Procurador-Geral de Justiça, à unanimidade, a seguinte redação: "§2º São considerados de efetivo exercício o afastamento do membro do Ministério Público nos termos da legislação institucional de regência." Finalmente, o Colégio aprovou a minuta apresentada, com a alteração acima, determinando, à unanimidade, que a minuta fosse editada na forma de Resolução. Indagou o Colegiado sobre a inclusão de nova matéria em pauta, diante do silêncio, o Presidente da Sessão passou para a fase das comunicações. Com a Palavra o Procurador de Justiça Antônio Arceppio de Barros Teixeira Neto lembrou que a Imprensa Oficial vinha trazendo na data de hoje oito folhas listando muitas de trânsito, todavia ninguém via um guarda de trânsito nas ruas de Maceió, tendo ele pensado, conforme suas palavras, que a indústria da multa na gestão do cidadão que saiu tinha acabado. Não havendo mais que quisesse fazer uso da palavra, o Presidente da Reunião agradeceu mais uma vez a presença de todos, em especial da Dra. Adilza Inácio de Freitas, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas, declarando, em seguida, encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata em extrafo, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza  
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça